



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 07/05/2015

Táxi: fiscalização rigorosa

Um grupo de taxistas voltou a cobrar uma fiscalização mais rigorosa em relação aos clandestinos durante uma audiência pública realizada na manhã de ontem, 06, na Câmara de Vereadores de Aracaju. Na galeria, dezenas de taxistas “bandeirinhas” se misturavam aos chamados “irregulares”. Havia um temor de uma possível animosidade entre as partes, mas nenhum fato agravante ocorreu.

“Nosso objetivo aqui é o combate ao transporte clandestino de placa cinza. Por isso que nós taxistas pedimos essa audiência pública. O número de táxi já suficiente”, disse o vice-presidente do Sindicato dos Taxistas de Sergipe (Sintaxe), Gerson Ferreira, ao exigir que os direitos dos taxistas sejam respeitados. “Viemos até aqui para que o sindicato seja ouvido pelos vereadores”.

Gerson estima que existam mais de 2.500 táxis clandestinos na capital sergipana. Ele cobrou dos vereadores e de representantes da Prefeitura de Aracaju mudança na legislação para que aumente o valor da multa aplicada para os carros que fazem o transporte irregular de passageiros. O vice-presidente do Sintaxe lembrou que a falta de fiscalização fez com que o sindicato buscasse o Ministério Público e o Poder Judiciário na busca de uma solução.

O vice-presidente do Sintaxe lembrou ainda que este

serviço de transporte de “locação” nos bairros Coroa do Meio e Santa Maria, ambos na zona Sul da capital, já chegou a ser feito, em décadas passadas, por taxistas bandeirinhas, porém, prefeitos da época agiram com rigor e colocaram um ponto final neste serviço.

A promotora de Justiça Euza Missano, da Promotoria de Direitos do Consumidor, participou da audiência pública e reforçou que desde o final do ano passado havia ajuizado uma ação civil pública pedindo que houvesse um rigor no processo de fiscalização por parte da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) e do Município de Aracaju para que fosse resolvida essa situação referente ao transporte irregular que existe em determinados bairros da capital.

“Transporte de passageiro por táxi é um serviço de utilidade pública. A preocupação do Ministério Público é a segurança do consumidor, que não sabe muitas vezes se está utilizando efetivamente um transporte legalizado ou se é um transporte irregular”, disse a promotora.

Também participaram da audiência pública a secretária municipal de Defesa Social e Cidadania, Georlize Teles, gestora da Superintendência da Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), e o superintendente do órgão, Nelson Felipe.